

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 13/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.**

Altera o art. 11 da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004168-1,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o art. 11 da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, reajustando-se o valor fixado em 10% (dez por cento).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2024.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 14/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO 2024.

Altera o § 1º do art. 3º da Resolução nº 11/2014-PGJ, de 15 de maio de 2014, que regulamenta a implantação do Programa de Assistência Pré-Escolar (APE) para membros e servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004164-8,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do art. 3º da Resolução nº 11/2014-PGJ, de 15 de maio de 2014, reajustando-se o valor fixado em 10% (dez por cento).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2024.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 15/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.**

Estabelece normas e datas unificadas de atuação para designações de Promotores de Justiça para atuação nos Juizados Especiais, Juizados Especiais Adjuntos, Varas dos Juizados Especiais, Turmas Recursais e na Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º As designações de Promotores de Justiça para atuação nos Juizados Especiais, nos Juizados Especiais Adjuntos, nas Varas dos Juizados Especiais, nas Turmas Recursais e na Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais observarão um biênio fixo, respeitado o sistema de rodízio e o critério de antiguidade na comarca.

§ 1º É vedada a designação, para atuação nos Juizados Especiais, Juizados Especiais Adjuntos, Varas dos Juizados Especiais, Turmas Recursais e Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais, de membro do Ministério Público que tiver exercido essas atribuições, como titular, nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao surgimento da vaga, ou que esteja exercendo cargo de confiança ou de assessoramento nos órgãos de Administração Superior da instituição, salvo se inexistir Promotor de Justiça que preencha os requisitos.

§ 2º Em caso de vacância ou afastamento temporário, o Procurador-Geral de Justiça designará outro Promotor de Justiça para o período correspondente ao afastamento, para parte dele ou para completar o biênio fixo, observado o critério de antiguidade na comarca, devendo a designação recair no remanescente da relação organizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º Nos períodos de férias ou de licenças dos Promotores de Justiça titulares, a substituição observará o mesmo sistema de rodízio e o critério de antiguidade previsto no *caput* deste artigo, ficando prejudicada a escala de substituição automática dos membros do Ministério Público de primeira instância prevista em resolução própria.

Art. 2º Fica estabelecido o biênio fixo para o exercício dos Promotores de Justiça designados para atuação nos Juizados Especiais, Juizados Especiais Adjuntos, Varas dos Juizados Especiais, Turmas Recursais e Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais, a iniciar sempre em 1º de novembro dos anos ímpares, nele incluídos os períodos de férias, licenças e afastamentos relativos aos referidos membros.

§ 1º O primeiro biênio fixo, respeitados os mandatos em curso, ocorrerá de 1º de novembro de 2025 a 31 de outubro de 2027 (biênio 2025/2027), seguindo-se os demais de forma contínua e ininterrupta.

§ 2º O Procurador-Geral de Justiça, até 1º de outubro dos anos ímpares, indicará os Promotores de Justiça designados para atuação nos Juizados Especiais no biênio seguinte.

Art. 3º O Promotor de Justiça designado para atuar nos Juizados Especiais, nos Juizados Especiais Adjuntos, nas Varas dos Juizados, nas Turmas Recursais e na Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais terá direito à percepção da indenização de função prevista no inciso VI do art. 124 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

Parágrafo único. Os Promotores de Justiça designados para os plantões referentes ao recesso e férias forenses não farão jus à indenização prevista neste artigo.

Art. 4º Ao Promotor de Justiça que ocupe mandato, cargo de confiança ou desempenhe função de assessoramento previstos no art. 5º, inciso I, alínea “a”; IV, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “k” e art. 7º XXVI, da Lei Complementar 72/1994; bem como afastado de suas funções nas hipóteses previstas no art. 97, incisos I a IV e VI a VIII, da Lei Complementar nº 72/1994, ao reassumir suas atribuições, é assegurado o direito de manter sua classificação e contagem de tempo para concorrer às designações previstas nesta Resolução.

Art. 5º O Promotor de Justiça que, por qualquer motivo, não desejar a designação para o exercício de quaisquer das funções previstas nesta Resolução, deverá comunicar por ofício ao Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. Diante da recusa em aceitar a designação para atuar nos Juizados Especiais, nos Juizados Especiais Adjuntos, nas Varas dos Juizados, nas Turmas Recursais e na Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais, o membro do Ministério Público passará para o final da relação de antiguidade organizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas.



Art. 6º Ficam respeitadas as designações dos atuais Promotores de Justiça com atribuições perante os Juizados Especiais, Juizados Especiais Adjuntos, Varas dos Juizados, Turmas Recursais e Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais.

Art. 7º As designações para atuação nos Juizados Especiais, nos Juizados Especiais Adjuntos, nas Varas dos Juizados Especiais, nas Turmas Recursais e na Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais iniciadas entre 1º de junho de 2024 a 31 de outubro de 2024 terão validade até 31 de outubro de 2025.

Art. 8º As designações para atuação nos Juizados Especiais, nos Juizados Especiais Adjuntos, nas Varas dos Juizados Especiais, nas Turmas Recursais e na Seção Especial de Uniformização e Normatização dos Juizados Especiais com vencimento a partir de 1º de novembro de 2024 serão prorrogadas até 31 de outubro de 2025.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 10º Fica revogada a Resolução nº 16/2014-PGJ, de 29 de julho de 2014.

Art. 11º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação,

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 16/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Transforma um cargo de Analista – Engenharia da Computação em um cargo de Analista – Informática/Desenvolvimento de Sistemas.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, “b”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no artigo 52 da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, ouvido o egrégio Colégio de Procuradores de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º Fica transformado, sem aumento de despesas, por alteração de denominação, 1 (um) cargo de Analista – Engenharia da Computação, símbolo MPAN-101, em 1 (um) cargo de Analista – Informática/Desenvolvimento de Sistemas, símbolo MPAN-101.

Parágrafo único. Os cargos e quantitativos decorrentes dessa transformação passam a integrar o Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, que aprovou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2652/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto nos §§ 1º e 3º do artigo 2º da Resolução nº 14/2013-PGJ, de 7 de outubro de 2013,

RESOLVE:

O valor previsto na Portaria 1759/2023-PGJ, de 12.4.2023, fica corrigido em dez por cento, com efeitos a partir de 1º de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2653/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e considerando o parágrafo único do artigo 7º da Resolução nº 32/2023, de 14.8.2023,

R E S O L V E :

O valor básico da diária (VBD) dos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul será de R\$ 212,20 (duzentos e doze reais e vinte centavos), com efeitos a partir de 1º.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2675/2024-PGJ, DE 28 DE MAIO DE 2024.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto nos artigos 1º e 5º da Resolução nº 18/2015-PGJ, de 17 de junho de 2015,

R E S O L V E:

O valor previsto na Portaria nº 2147/2023-PGJ, de 3.5.2023, fica corrigido em 10% (dez por cento), com efeitos a partir de 1º de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2676/2024-PGJ, 28 DE MAIO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto nos §§ 2º e 3º, do artigo 2º, da Resolução nº 33/2017-PGJ, de 18 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

O valor previsto na Portaria nº 2133/2023-PGJ, de 2.5.2023, fica corrigido em 10% (dez por cento), com efeitos a partir de 1º de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2657/2024-PGJ, DE 28.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 9º, V, e 17 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 5/2022-CPJ, de 23.5.2022,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, Evaldo Borges Rodrigues da Costa, João Albino Cardoso e Marigô Regina Bittar Bezerra para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Eleitoral para a escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público, para o biênio 2024/2026.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2642/2024-PGJ, DE 28.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, considerando a Resolução nº 12/2024-PGJ, de 27.5.2024,

R E S O L V E :

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Núcleo da Educação, vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência (CAODH), a partir de 28.5.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1950/2024-PGJ, de 6.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2543/2024-PGJ, DE 22.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 3 (três) dias de folga compensatória de 8 a 10.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-585/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1º a 10.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-586/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-587/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	10 a 19.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-588/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Eteocles Brito Mendonca Dias Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	26.8 a 4.9.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-589/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Mayara Santos de Sousa, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	9 a 18.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-590/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-591/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	16 a 25.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-592/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Yshida Brandão, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	21 a 30.8.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-593/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliane Cristina Gomes, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	22 a 31.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-594/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andréa de Souza Resende, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	8 a 17.7.2024	GOZO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-595/2024/PGJ, DE 27.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Murilo Hamati Gonçalves, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	12	5 a 16.8.2024	GOZO	SIM

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-596/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Cintra Franco, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	20 a 29.5.2024	GOZO	SIM

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-597/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Arthur Dias Junior, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	12	2 a 13.8.2024	GOZO	SIM

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-598/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Plínio Alessi Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	31.7 a 9.8.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-599/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.7.2024	ABONO	NÃO

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-600/2024/PGJ, DE 27.5.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	19	29.7 a 16.8.2024	GOZO	SIM

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2538/2024-PGJ, DE 22.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 14.5.2024, a Portaria nº 3604/2023-PGJ, de 4.7.2023, que designou a servidora Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, Gaeco, de Dourados.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-574/2024/PJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jose da Cruz Soares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 15 a 24.7.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 1º a 10.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-581/2024/PJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Tonya Roberta Pettengill Novaes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 29.7 a 7.8.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 17 a 26.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-582/2024/PJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Sydney Ferreira Ribeiro Junior, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a serem usufruídas de 1º a 20.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 22.4 a 1º.5.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-583/2024/PGJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Vania de Oliveira Coelho Gondim, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 17.7 a 5.8.2024 e de 14 a 23.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-584/2024/PGJ, DE 27.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Priscilla Nakaya Kinoshita, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 27.8 a 5.9.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 5 a 14.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-602/2024/PGJ, DE 28.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22/05/2024, as férias do(a) servidor(a) Rodrigo Ribeiro Mota, concedidas por meio da Portaria nº e-1684/2023-PGJ, de 14.12.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 3.6 a 10.6.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-606/2024/PGJ, DE 28.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Fernanda Tabarin Vieira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 8 a 17.1.2025 e de 14 a 23.7.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 26.7 a 4.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-608/2024/PGJ, DE 28.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-102/2024-PGJ, de 29.1.2024, que concedeu férias à servidora Alyne Kathiucia Raulino Green, de forma que, onde consta: "de 14 a 23.10.2024", passe a constar: "de 23.9 a 2.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**AVISO Nº 2/2024/CPJ**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 5º, da Resolução nº 05/2022/CPJ, de 23 de maio de 2022, comunica aos Procuradores de Justiça em atividade que, no prazo de dois dias úteis, contados da publicação deste aviso, receberá os requerimentos daqueles que pretendem concorrer à eleição para o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, biênio 2024/2026.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça e

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2024.**9. Assuntos Institucionais:**

9.1. Designação dos membros titulares da Comissão Eleitoral para eleição ao cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, biênio 2024-2026.

Deliberação: O Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça designou, para comporem a Comissão Eleitoral para eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público, biênio 2024/2026, o Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, como Presidente e ainda os Procuradores de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa, Marigô Regina Bittar Bezerra e João Albino Cardoso Filho como membros titulares.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA

Procuradora de Justiça

Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 023/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001210-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro – **SIGILOSO**. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001320-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gilson Antonio Romano - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial n.º 004/2015 (Processo n.º 008/2015), bem como possível falta de execução dos serviços contratados pelo Município de Rio Negro. **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000193-6** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Humberto Sávio Abussafi Figueiró - Requerido: Associação dos Proprietários do Condomínio Nahima Park, Município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade do fechamento e obstrução da via pública denominada Rua Nahima, bem como a proibição de acesso público à área pública verde (2 M-E-23). **4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001812-0** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: João Alfredo Danieze - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo - Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes da criação e manutenção do loteamento denominado bairro "São José". **5) Inquérito Civil nº 06.2020.00000280-6** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ilicitude na paralisação das obras de expansão do serviço de esgotamento sanitário pela empresa concessionária e/ou ilegitimidade do direcionamento da expansão desse serviço para os locais onde serão executadas as obras de pavimentação asfáltica. **6) Inquérito Civil nº 06.2021.00000026-7** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Herminio Martins, Suzano Papel e Celulose S.A. - Assunto: Apurar a existência de processos erosivos, a regularidade das Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e a supressão de 43,57 hectares de vegetação nativa na Fazenda Palanque inscrita no CARMS0020788 e localizada em Campo Grande/MS. **7) Inquérito Civil nº 06.2021.00000220-0** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Antônio Moraes dos Santos Junior - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 22,14ha de vegetação nativa na Fazenda Pontal localizada em Campo Grande/MS e inscrita no CARMS-0002484. **Advogado: Sergio Silva Muritiba - OAB/MS nº 8.423**. **8) Inquérito Civil nº 06.2021.00000303-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã – **SIGILOSO**. **9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000776-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: H.M.F. de Souza Ltda, Município de Bodoquena - Assunto: Apurar eventual fraude em procedimento licitatório envolvendo o Município de Bodoquena e a empresa de Hélio Martins Fialho de Souza, denominada H M F de Souza Ltda e inscrita no CNPJ sob nº 40.400.740/0001-30. **10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000805-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a veracidade de denúncia referente ao gasto exacerbado em gêneros alimentícios para a Secretaria de Obras de Nioaque. **11) Inquérito Civil nº 06.2021.00000820-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Julio Cesar de Souza - Assunto: Investigar possíveis irregularidades diante da rejeição das contas do ex-Prefeito Júlio César de Souza no exercício 2013. **12) Inquérito Civil nº 06.2021.00001236-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Antonio Zaghini, Armando Zaghini, Reinaldo Zaghini - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,47 hectares de vegetação nativa, em área de Reserva Legal, na Estância Aliança, em Nova Andradina/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 500/22/CEIPPAM. **13) Inquérito Civil nº 06.2022.00000141-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Ricardo Mendes Tahan Sobrinho - Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 4.800 m², em área Área Consolidada, na Fazenda Santa Rita da Estiva e Estiva I, em Santa Rita do Pardo, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 350/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **14) Inquérito Civil nº 06.2022.00000213-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Bonito-MS - Requerido: José Roberto Machado Vargas - Assunto: Adotar providências ante o recebimento dos autos de infração n.



4782 e 4783, lavrados em desfavor de José Roberto Machado Vargas, informando armazenamento irregular de agrotóxico e a construção em área de preservação permanente na Fazenda Ouro Fino. **15) Inquérito Civil nº 06.2022.00000572-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Sindicato dos servidores públicos do município de Deodápolis - Requerido: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS - Assunto: apurar eventual irregularidade quanto a contratação de empresa responsável pelo processo seletivo para contratação de professores da rede municipal de ensino no ano de 2022, noticiadas através de representação encaminhada pelo Sindicato do Servidor Público Municipal de Deodápolis/MS SINDEMD". **16) Inquérito Civil nº 06.2022.00000619-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: - Assunto: Apurar 5,13 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, bem como, 15,12 hectares de supressão de Árvores Nativas Isoladas, fora da área de Reserva Legal, na fazenda São José Gleba C, de propriedade de Vitor Hugo Nunes da Rocha, em Santa Rita do Pardo/MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2022.00000676-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Thiago Oliveira Barberato - Assunto: Adotar providências ante o recebimento dos Autos de infração n. 4778, 4779 e 4780, lavrados em desfavor de Thiago Oliveira Barberato. **18) Inquérito Civil nº 06.2022.00000989-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental Jardim MS - Requerido: Leonice Batistela - Assunto: Apurar possível supressão vegetal de 1,48 hectares, em área de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda lageado, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Leonice Batistela. **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00001051-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Camilo Iorio Bueno, Conrado Bardi de Jesus Bueno - Assunto: Apurar a ocorrência de déficit de Reserva Legal de 68,9360 hectares no imóvel rural Fazenda Santa Rita (CARMS n. 75.328), com área total de 658,7289 hectares, de propriedade de Camilo Iorio Bueno e Conrado Bardi de Jesus Bueno, localizada no Município de Ponta Porã/MS, bem como compensação ambiental pela ausência de vegetação nativa. **20) Inquérito Civil nº 06.2022.00001194-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Bosque das Águas Empreendimentos Turísticos Eireli - Assunto: Apurar o dano ambiental constatado por meio do auto de infração n. 011146/2022 da PMA, o qual informação supressão de vegetação nativa em APP no atrativo Bosque dos Ypes, do lado do Camping Margarida, zona rural do município de Bonito/MS. **21) Inquérito Civil nº 06.2022.00001205-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Kalil Mohamede Haxime - Assunto: Apurar possível desmatamento de vegetação nativa, ocorrido no ano de 2021, em uma área de aproximadamente 13.36 hectares da Fazenda Jangada, localizada em Jardim/MS. **22) Inquérito Civil nº 06.2022.00001318-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Lucídio Rosa da Silva - Requerido: Município de Rochedo - Assunto: Apurar irregularidades existentes no tratamento e destinação dos resíduos sólidos no Município de Rochedo/MS. **23) Inquérito Civil nº 06.2022.00001476-5** - 32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Sociedade Beneficente de Campo Grande - Santa Casa - Requerido: - Assunto: Apurar a escassez de meios de contraste imprescindíveis para a realização de exames e procedimentos no âmbito de saúde. **24) Inquérito Civil nº 06.2023.00000217-3** - 76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: US Doppler Colorido de Três Vasos. **25) Inquérito Civil nº 06.2023.00000269-5** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Jussara Pedra Brum - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Sansara, localizada na APA do Guariroba, diante das informações contidas no Relatório Técnico n. 360/2021/UC-GFAV/SUFGA/SEMADUR. **26) Inquérito Civil nº 06.2023.00000392-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro – SIGILOSO. **27) Inquérito Civil nº 06.2023.00000400-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: João Gualberto Rosa - Assunto: Apurar o desmatamento de 0,52 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Ouro Fino, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 011535/2022 e Laudo de Constatação n. 014853/2022. **28) Inquérito Civil nº 06.2023.00000643-6** - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Angelica - MS - Assunto: Apurar a possível superlotação nas salas de aulas do Centro Municipal de Educação Novo Tempo, distrito de Ipezal, neste município de Angélica, assim como na falta de professores e monitores capacitados para atender as crianças portadoras de necessidades especiais. **29) Inquérito Civil nº 06.2023.00000976-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Shopping Três Lagoas S.A - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do descarte incorreto de óleo e lançamento de efluente de cozinha nas bocas de lobo. **30) Inquérito Civil nº 06.2023.00001012-9** - 1ª Promotoria de Justiça de Nova Alvorada do Patrimônio Público e Social da comarca do Sul - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Averiguar a



regularidade ou não na concessão de emendas impositivas, por parte da Câmara Legislativa Municipal de Nova Alvorada do Sul, em favor da entidade privada. **31) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001163-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerente: MPF - Procuradoria da República - Mato Grosso do Sul - Requerido: - Assunto: apurar possível irregularidade ambiental consistente na aplicação de agrotóxicos sem a observância das normas ambientais. **32) Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000072-4** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **33) Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000140-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes – **SIGILOSO**.

Campo Grande, 28 de maio de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA-GERAL

EDITAL Nº 01/AM/PGJ/2024

A Assessoria Militar da Procuradoria-Geral de Justiça, em cumprimento a Ordem de Serviço nº 001/2016-SG/MP-MS, datada de 12 de setembro de 2016, faz saber a quem interessar que se encontram na Assessoria Militar, os seguintes objetos, abaixo relacionados, os quais foram achados no interior do Prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

1. 01 (um) brinco prateado;
2. 01 (uma) pulseira prateada;
3. 01 (uma) corrente prateada com pingente;
4. 01 (uma) corrente dourada com pingente;
5. 01 (um) brinco dourado;
6. 02 (dois) anéis bronze;
7. 01 (um) anel prateado com detalhe trançado.
8. 02 (duas) bases de fone de ouvido sem fio, contendo(um) fone de ouvido em cada uma;
9. 01 (um) fone de ouvido individual;
10. 01 (um) fone de ouvido com fio JBL;
11. 01 (um) par de óculos de grau;
12. 01 (um) par de óculos EPI;
13. 03 (três) garrafas para água;
14. 01 (uma) garrafa térmica para água;
15. 02 (dois) copos para água;
16. 01 (um) estojo contendo material higiênico;
17. 01 (um) blazer feminino;
18. 01 (uma) calça social masculina cor preta;
19. 01 (uma) blusa feminina manga comprida preta;
20. 01 (uma) tarraxa para brinco dourado;
21. 01 (uma) corrente dourada;
22. 01 (um) um terço.
23. 01 (uma) uma quantia em dinheiro.

Nos Termos do Art. 5º da Ordem de Serviço nº 001/2016-SG/MP-MS, de 12 de setembro de 2016, os referidos materiais permanecerão na Assessoria Militar pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, para que o proprietário ou provável proprietário reivindique o bem.

Ultrapassado este prazo, os materiais/pertences, serão doados a entidades/associações beneficente, mediante termo de doação assinado pela Secretária-Geral do Ministério Público Estadual.

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

JOSÉ DA CRUZ SOARES – CAPITÃO PM RR

Assessor Militar



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUNEC.

Processo nº 09.2024.00004476-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUNEC (Centro Universitário de Santa Fé do Sul)** representada por **Fernando Camargo Benitez**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resolução nº 53/2022-PGJ, de 13 de dezembro de 2022; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; nº 246/2022 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para estudantes de cursos de nível superior/graduação e/ou superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, e regular as condições do Programa de Residência para aqueles que estejam cursando programas de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) oferecidos pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUNEC, nas dependências do concedente, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 28.05.2024 até 28.05.2029.

Data da assinatura: 28 de maio de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

Nº MP 08.2023.00172609-5

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023 e Resolução nº 5/2024-PGJ de 27 de março de 2024, comunica a Sra. Rosemeire Barbosa de Lima, genitora da vítima Luiz Fernando Barbosa de Lima, quanto à decisão de arquivamento do inquérito policial militar dos Autos nº 0010530-50.2023.8.12.0001, conforme se transcreve: “Ante ao exposto e pelo que mais dos autos consta, o Ministério Público Estadual requer o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial Militar, tendo em vista a falta de justa causa para oferecimento da denúncia.”.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024.

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI
Promotora de Justiça

**Nº MP 08.2023.00013246-4****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Douglas Martins Moraes Oliveira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900109-73.2023.8.12.0001, que consta como vítima Douglas Martins Moraes Oliveira, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 020/2024/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003899-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: STA Administração de Empreendimento Imobiliário Ltda

Assunto: Acompanhar o cumprimento do PRADA e da LAS n. 010.027/2024 apresentados no IC 06.2021.00000396-4 para recuperação da área de preservação permanente no local conhecido como Cachoeira da Moreninha, na propriedade denominada lote 1G, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária de Campo Grande sob o n. 255.438.

Campo Grande, 25 de maio de 2024.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 021/2024/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003957-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar as providências que a administração pública municipal está adotando para a fiscalização do empreendimento Conveniência Morena.

Campo Grande, 25 de maio de 2024.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 022/2024/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00004302-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ponteio Pecuária Ltda

Assunto: Fiscalização e acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no IC 06.2021.00000220-0 com PONTEIO PECUÁRIA LTDA.

Campo Grande, 25 de maio de 2024.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 023/2024/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00004358-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a gestão e aplicação dos recursos do FMMA conforme as finalidades previstas na legislação.

Campo Grande, 25 de maio de 2024.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 024/2024/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00005007-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar as providências que a atual administração pública municipal está tomando em relação à regularização do empreendimento denominado "Fazenda Churrascada", localizado na Avenida do Poeta, n. 520, bairro Jardim Veraneio, nesta Capital.

Campo Grande, 25 de maio de 2024.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0911541-55.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) S.R.² e vítima(s) N.G.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0911306-88.2024.8.12.0001, em que constam como autores/vítimas S.V.V e M.S.S⁴, conforme se transcreve: “Posto isso, pelas razões acima expostas, o Ministério Público Estadual, requer a V. Ex.^a seja determinado o arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal.”

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0909321-84.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) M.C.P.S.⁶ e vítima(s) V.C.L.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da atipicidade da conduta do investigado, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24/11/2023 (com alteração dada pela Res. nº 5/2024-PGJ, de 26 de março de 2024), comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0912207-56.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) P.C.S.M.⁸ e vítima(s) M.S.F.C, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 28 de maio de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00026867-5, em que constam como investigado(a/s) A apurar e genitora da vítima(s) Priscila Iracema Pereira, conforme se transcreve: “em virtude da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia, o Ministério Público Estadual deixar de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial”.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA
Promotora de Justiça
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza dos Autos nº 08.2023.00091450-9, em que constam como investigado(a/s) Germino Luiz da Silva e vítima(s) Águas Guariroba, conforme se transcreve: “não havendo justa causa para embasar a propositura de uma ação penal, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande, 23 de maio de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA
Promotora de Justiça
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁸ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁰ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2023.00146072-5, em que constam como investigado(a/s) Francis Fernandes Eguardino e vítima(s) Erika Gomes Medeiros e Jucimeire dos Anjos, conforme se transcreve: “em virtude da ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, e arquivar o presente Inquérito Policial”.

Campo Grande, 23 de maio de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA
Promotora de Justiça
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00032778-1, em que constam como investigado(a/s) A apurar e neta da vítima(s) Emily Neves Pereira, conforme se transcreve: “em virtude de ausência de justa causa para o oferecimento da denúncia, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, e arquivar o presente Inquérito Policial”.

Campo Grande, 23 de maio de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA
Promotora de Justiça
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0016/2024/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2024.00000390-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2024.00000390-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Requerente: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul, Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar dano ambiental, consistente na deposição de forma irregular de resíduos domiciliares, de resíduos de materiais poluentes e acúmulo irregular de dejetos na UTR do Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0017/2024/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2024.00000018-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2024.00000018-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Cleonice Borges dos Santos.

Objeto: apurar dano ambiental, consistente na supressão de exemplares arbóreos em área de preservação permanente do córrego açucena, localizada na 16ª linha, nascente, Lote 12, Quadra 85.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0018/2024/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2024.00000016-8.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2024.00000016-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Defesa Civil do Município de Deodápolis/MS, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Silvio Roberto Maria.

Objeto: Apurar dano ambiental, consistente em corte de árvores nativas em área de preservação permanente, localizado no Lote 71, Quadra 68, 9ª Linha, Poente, em Deodápolis/MS, de propriedade do Senhor Silvio Roberto Maria..

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0019/2024/PJ/DPS.

Inquérito Civil Nº 06.2024.00000017-9.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2024.00000017-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Defesa Civil do Município de Deodápolis/MS, Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Raimundo Horlando Filho.

Objeto: Apurar as causas de dano ambiental, consistente na propagação de incêndio de grandes proporções que teve origem na propriedade de Raimundo Horlando Filho, localizada na 9ª Linha, Poente, em Deodápolis/MS..

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0020/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2024.00005620-8.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00005620-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: ACEID - Associação Comercial de Deodápolis/MS.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar as condições atuais de sinalização e segurança das Avenidas Genário da Costa Matos e Deodato Leonardo da Silva, em Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0021/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2024.00005180-2.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2024.00005180-2, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PGJ.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0022/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis Nº 09.2024.00005177-9.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2024.00005177-9, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PGJ.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0023/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2024.00005174-6.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00005174-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anônimo.

Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis.

Objeto: Verificar a regularidade do reajuste do subsídio dos vereadores de Deodápolis/MS, promovido pela Lei Complementar Municipal nº 008, de 30 de outubro de 2023, perante o TCE/MS.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0024/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2024.00005171-3.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00005171-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anônimo.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis.

Objeto: Verificar e admoestar a Prefeitura de Deodápolis/MS, quanto à necessidade de se estabelecer regulamentação e protocolos específicos para o uso das redes sociais oficiais da Administração local de modo a observar o disposto no art. 37, § 1º, da CF/88.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0025/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2024.00004804-1.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00004804-1, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PJG.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0026/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2024.00004754-2.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00004754-2, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PJG.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça

EDITAL N° 0027/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2024.00004746-4.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00004746-4, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PJG.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça

EDITAL N° 0028/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2024.00004739-7.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00004739-7, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PJG.

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça

EDITAL N° 0029/2024/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas N° 09.2024.00000918-1.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00000918-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anônimo.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar a regularidade da aplicação, pela Prefeitura de Deodápolis, da Lei Municipal nº 656/2017, a qual disciplina o denominado "Programa PRORURAL".

Deodápolis/MS, 27 de maio de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça



NAVIRAÍ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0003107-23.2021.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2021.00157701-6, em que constam como investigado Georges Virgílio Romão Cavalheiro e vítima Bruna Izabela Dal Bem do Nascimento, conforme se transcreve: “(Ante o exposto, com fulcro no art. 28, *caput*, do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal.)”.

Naviraí/MS, 16 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0000765-05.2022.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2022.00041387-6, em que constam como investigado Adimilson dos Santos e vítima Aysla Yuri dos Santos, conforme se transcreve: “Ante o exposto o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal. ”.

Naviraí/MS, 21 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0001071-71.2022.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2022.00053376-9, em que constam como investigado(a/s) EMERSON APARECIDO DE MACEDO e vítima DÉBORA FERREIRA DOS SANTOS, conforme se transcreve: “(...)acaso o acusado fosse denunciado, consoante toda explanação acima, certamente seria lhe aplicado o princípio *in dubio pro reo*, sendo caso de absolvição por fundadas dúvidas acerca da existência do crime. Ante o exposto, com fulcro no art. 28, *caput*, do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal. ”.

Naviraí/MS, 21 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

¹² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0002298-96.2022.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2022.00099712-0, em que constam como investigado(a/s) Carlos Henrique dos Santos Souza e vítima(s) Lucineide Rodrigues Chimenez, conforme se transcreve: “Ante o exposto, com fulcro no art. 28, *caput*, do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal. ”.

Naviraí/MS, 17 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0900096-24.2022.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2022.00194297-4, em que constam como investigado Daniel Cardoso Rossini e vítima Ricardo Copas, conforme se transcreve: “Ante o exposto, diante da impossibilidade de individualização da autoria do delito em questão, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal. ”.

Naviraí/MS, 17 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0900089-95.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2023.00022676-0, em que constam como investigados Ronaldo da Silva de Alcantara, Luzia da Silva Alcantara, Edivaldo da Silva de Alcantara e vítima Sara Patricia De Alcantara Bueno, conforme se transcreve: “(..) acaso o investigado fosse denunciado, consoante toda explanação acima, certamente seria lhe aplicado o princípio *in dubio pro reo*, sendo caso de absolvição por fundadas dúvidas acerca da existência do crime. Ante o exposto o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal. ”.

Naviraí/MS, 23 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

¹⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0900741-15.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2023.00144282-7, em que constam como investigado Cleiton Candido De Souza¹⁸ e vítima Amabiles Aparecida da Silva, conforme se transcreve: “(...) acaso o investigado fosse denunciado, consoante toda explanação acima, certamente seria lhe aplicado o princípio *in dubio pro reo*, sendo caso de absolvição por fundadas dúvidas acerca da existência do crime. Ante o exposto o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal.”.

Naviraí/MS, 21 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0900873-72.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2023.00162744-2, em que constam como investigado Rodrigo dos Santos²⁰ e vítima Paola Tayrine De Souza Jesus, conforme se transcreve: “(...) acaso o investigado fosse denunciado, consoante toda explanação acima, certamente seria lhe aplicado o princípio *in dubio pro reo*, sendo caso de absolvição por fundadas dúvidas acerca da existência do crime. Ante o exposto o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal.”.

Naviraí/MS, 23 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ²¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0900903-10.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2023.00163595-3, em que constam como investigado Wellington Felipe Paulino Soares²² e vítima Kaylaine Rodrigues, conforme se transcreve: “(...)acaso o investigado fosse denunciado, consoante toda explanação acima, certamente seria lhe aplicado o princípio *in dubio pro reo*, sendo caso de absolvição por fundadas dúvidas acerca da existência do crime. Ante o exposto o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal.”.

Naviraí/MS, 21 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

¹⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁸ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

¹⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

²⁰ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

²¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

²² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ²³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0901097-10.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2023.00190618-2, em que constam como investigado DANIEL SOARES DA SILVA e vítima BIANCA VITÓRIA NASCIMENTO DOS SANTOS, conforme se transcreve: “(Portanto, impõe-se o arquivamento do presente Inquérito Policial por falta de condição de procedibilidade e de justa causa. Ante o exposto, com fulcro no art. 28, *caput*, do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial. ”.

Naviraí/MS, 21 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí da Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ²⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0901254-80.2023.8.12.0029 e SAJMP nº 08.2023.00211273-8, em que constam como investigado(a/s) R.C.S.²⁵ e vítima(s) R.V.M.S., conforme se transcreve: “(...)caso o investigado fosse denunciado, consoante toda explanação acima, certamente seria lhe aplicado o princípio *in dubio pro reo*, sendo caso de absolvição por fundadas dúvidas acerca da existência do crime. Ante o exposto, com fulcro no art. 28, *caput*, do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, com a ressalva do art. 18 do Código de Processo Penal.”.

Naviraí/MS, 21 de maio de 2024.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0017/2024/02PJ/RRP

Inquérito Civil nº 06.2018.00001683-0.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2018.00001683-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição I, CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: João Martins Andorfato, Francisco Junqueira Franco, Lago do Mimoso Agropecuária e Construção Ltda.

Objeto: A Compromissária confirma ter sido cientificada da instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001683-0 para apurar as irregularidades ambientais apontadas no Relatório de Vistoria Técnica nº

²³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

²⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

²⁵ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



049/DAEX/CRTEC-MA/2020, no interior do imóvel rural "Fazenda Andorfato", localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS. A Compromissária reconhece ser a proprietária do imóvel rural "Fazenda Andorfato", matrículas nºs 8.133 e 4.208, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, e, consequentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) A Compromissária obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural "Fazenda Andorfato", matrículas n.º 8.133 e n.º 4.208", localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade da Compromissária. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare suprimido irregularmente. 2) A Compromissária assume a obrigação de executar Informativo de Recuperação de Área Degradada – PRADE (INF nº 1761/2015), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura deste Termo, adotando as seguintes providências: a) a Compromissária obriga-se a isolar com cercas as Áreas de Preservação Permanente – APPs dos recursos hídricos Rio Pardo, Córrego Retinho, Ribeirão Serrote, Córrego Bonito e 5 pequenos córregos sem denominação e suas respectivas nascentes, no prazo de 90 (noventa) dias a contada da assinatura deste Termo; b) A Compromissária obriga-se a conter e reverter os processos erosivos decorrentes do acesso e pisoteio do gado nas Áreas de Preservação Permanente – APPs dos recursos hídricos Rio Pardo, Córrego Retinho, Ribeirão Serrote, Córrego Bonito e 5 pequenos córregos sem denominação e suas respectivas nascentes, no prazo de 90 (noventa) dias a contada da assinatura deste Termo; c) A Compromissária obriga-se a retirar o gado e isolar com cercas as áreas de pastagem destinadas a compor o percentual da Reserva Legal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contada da assinatura deste Termo; d) A Compromissária obriga-se a conter e reverter os processos erosivos decorrentes do acesso e pisoteio do gado nas áreas de pastagem destinadas a compor o percentual da Reserva Legal, no prazo de 90 (noventa) dias a contada da assinatura deste Termo; e) A Compromissária obriga-se a realizar a complementação do Informativo de Recuperação de Área Degradada – PRADE (INF nº 1761/2015), caso as medidas previstas nos parágrafos anteriores necessitem de alguma complementação, tal como o enriquecimento da área em pontos específicos que vislumbrem alguma medida compensatória; f) O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) Em razão do corte das 23 árvores em área de Reserva Legal, a Compromissária assume a obrigação de adquirir créditos florestais perante o IMASUL, equivalentes ao plantio de 3,15 hectares, que correspondem, em média, a 211 metros de reposição florestal, no prazo de no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura deste Termo. O comprovante de aquisição e quitação dos créditos florestais deverão ser juntados no procedimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 4) A Compromissária obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)²⁶, em 02 (duas) parcelas, com o pagamento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, e a outra na data correspondente ao mês subsequente, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (*Banco Santander, Agência 4317, Conta 130003051, CNPJ nº 03.226.149/0015-87*), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento.

Ribas do Rio Pardo/MS, 27 de maio de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

²⁶ Valor obtido da multiplicação de 23 árvores nativas localizadas em área de Reserva Legal por R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 51 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 51. *Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou fração*).

**EDITAL Nº 0018/2024/02PJ/RRP**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000129-9.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2021.00000129-9 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição I, CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Itapeva Florestal Ltda, David de Oliveira Gouvea

Objeto: 1) Os Compromissários confirmam terem sido cientificados da instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00000129-9 para apurar a supressão de 10,53 hectares de vegetação nativa remanescente, no interior do imóvel rural “Fazenda Boa Vista I”, CARMS0076211, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. 2) Os Compromissários reconhecem serem os proprietários do imóvel rural denominado “Fazenda Boa Vista I”, CARMS0076211, matrícula nº 3.586, situado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, consequentemente, responsáveis por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) Os Compromissários obrigam-se a não realizarem qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Boa Vista I”, matrícula nº 3.586, CARMS0076211, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade dos Compromissários. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente. 2) Os Compromissários obrigam-se a elaborar projeto e protocolar junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL requerimento de retificação do CARMS0076211, referente ao imóvel rural “Fazenda Boa Vista I”, para regularizar a área de 7,34 hectares em área declarada como Área Consolidada e a área de 3,18 hectares declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, ambas suprimidas sem licenciamento ambiental, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) Os Compromissários obrigam-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento do valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)²⁷, em parcela única, com o primeiro pagamento para 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (*Banco Santander, Agência 4317, Conta 130003051, CNPJ nº 03.226.149/0015-87*), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento.

Ribas do Rio Pardo/MS, 27 de maio de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

²⁷ Valor obtido da multiplicação de 11 hectares (fração arredondada) de vegetação nativa remanescente por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto nº 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).



RIO NEGRO

EDITAL N.º 0024/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00003200-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luiz Carlos Guarniere.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00000970-0, celebrado entre Ministério Público e os requeridos..

Rio Negro, MS, 07 de maio de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0025/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00003453-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hebert Gomes Oliva.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do TAC firmado nos autos n. 06.2022.00000538-8.

Rio Negro, MS, 23 de maio de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça